



RELATÓRIO ACTUARIAL

1. Introdução

O presente documento tem como objectivo resumir os resultados da avaliação actuarial de responsabilidades com pensões em pagamento em 2004, e analisar a evolução das mesmas no período compreendido entre 1997 e 2004 por parte da CPAS. Do resultados destas avaliações foram derivadas as reservas matemáticas constituídas em cada final de exercício destinadas à cobertura das responsabilidades em causa.

2. Resultados

Descrevem-se em seguida quer os valores obtidos para a avaliação de 2004 quer em anos anteriores, para efeitos comparativos e de referência. Os valores em causa reportam-se a pensões em pagamento e sua reversibilidade a favor do cônjuge. A formula de cálculo dos benefícios e acesso aos mesmos seguem o estabelecido no Regulamento da CPAS. Todos os valores apresentados se encontram expressos em Eur, quando aplicável.

Pressupostos de cálculo:

Data de referência: 31/12/2004

Tabela mortalidade: mortalidade GRM 80 com ajuste de -3 anos

Taxa de desconto: 3%

Crescimento das pensões: 0%

Encargos administrativos: 0%

Benefícios considerados: pensões de reforma de vários tipos e sua reversibilidade; pensões de sobrevivência e subsídios de assistência com carácter renovável.

Excluídos os benefícios de bolsas de estudo e beneficiários sem data de nascimento válida

Resultados	2004	
Pensões de reforma	220.486.628	%
iniciadas em 2004	34.157.027	15%
iniciadas nos restantes anos	186.329.601	85%
Pensões de sobrevivência e outras	31.170.038	
iniciadas em 2004	3.744.496	12%
iniciadas nos restantes anos	27.425.542	88%
TOTAL 2004	251.656.666	
TOTAL 2003	220.586.234	
Variação 2004/2003	31.070.432	14%

Dados populacionais	31/12/2004
número de pensões	2.641
reforma	1.726
sobrevivência	915
pensões em pagamento anuais (Unidade: Eur)	17.811.309
reforma	15.187.257
sobrevivência	2.624.052
idade média actuarial (Unidade: anos)	71,9
reforma	72,8
sobrevivência	70,2
Idade média actuarial ponderada por valor de pensão	70,6
reforma	70,7
sobrevivência	70,0

Em relação aos valores apurados nos passados anos de 2003 e 2002 e à semelhança do que tem vindo a observar-se (para o mesmo conjunto de pressupostos) registam-se os seguintes crescimentos

	2.004	2.003	2.002	variação 2004/2002
Número de beneficiários	2.641	2.494	2.283	16%
Pensões em pagamento	17.811.309	15.616.212	13.402.670	33%
Responsabilidades totais	251.656.666	220.586.234	188.734.217	33%

Os valores observados (*) permitem concluir que os beneficiários de reforma dos últimos 3 anos geram 40% das responsabilidades totais o que evidencia o aumento de benefícios deste segmento, em linha com o esperado.

Beneficiários de reforma originados no período 2002-2004	% no total
Responsabilidades	101.333.312 40%

Quanto a beneficiários de sobrevivência, a evolução dos últimos 3 anos é a seguinte:

Beneficiários de sobrevivência originados no período 2002-2004	% no total
Responsabilidades	9.099.547 4%

ou seja, em termos globais, beneficiários de reforma e sobrevivência que assumiram essa condição no período 2002-2004 apresentam o seguinte peso no conjunto total de beneficiários, à data de 31/12/2004:

Beneficiários de reforma/sobrevivência originados no período 2002-2004	% no total
Responsabilidades	110.432.859 44%

(*) análise efectuada sobre população total em estudo à data de 31/12/2004.

Apresentam-se de seguida alguns resultados relativos ao impacto de possíveis aumentos de pensões no cálculo de responsabilidades com pensões em pagamento:

Beneficiários de reforma

Considerou-se um aumento de pensões de forma a igualar as pensões de menor valor mensal ao Salário Mínimo Nacional em vigor para 2004 (356,60 €), isto é todas as pensões de valor inferior a este referencial passariam ao valor do SMN 2004:

Numero de beneficiários envolvido	666
Valor anual do aumento	665.955
Valor do aumento de responsabilidades	8.226.759

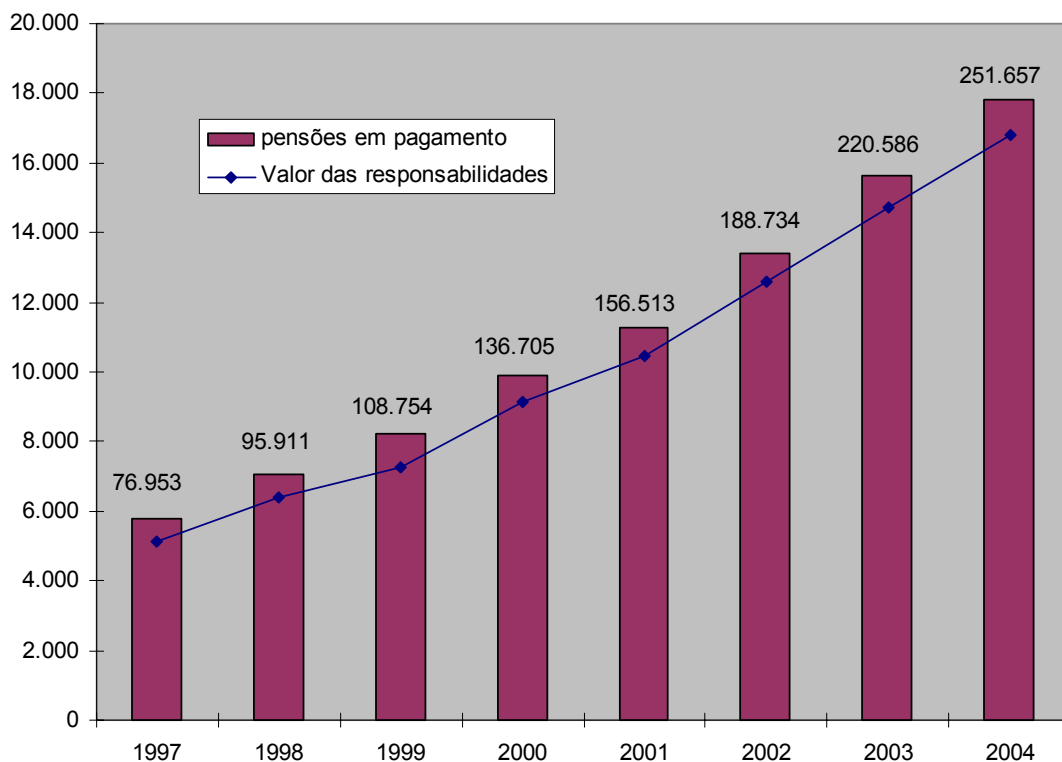
Beneficiários de sobrevivência

Considerou-se um aumento de pensões de forma a igualar as pensões de menor valor mensal a 50% do Salário Mínimo Nacional em vigor para 2004 (178,30 €), isto é todas as pensões de valor inferior a este referencial passariam ao valor de 50% do SMN 2004:

Numero de beneficiários envolvido	244
Valor anual do aumento	191.023
Valor do aumento de responsabilidades	3.424.648

3. Análise histórica

Apresentam-se seguidamente os resultados dos últimos anos - período 1997-2004 associados quer a valor anual das pensões em pagamento quer das responsabilidades que lhes estão associadas (valores em milhares de Eur)



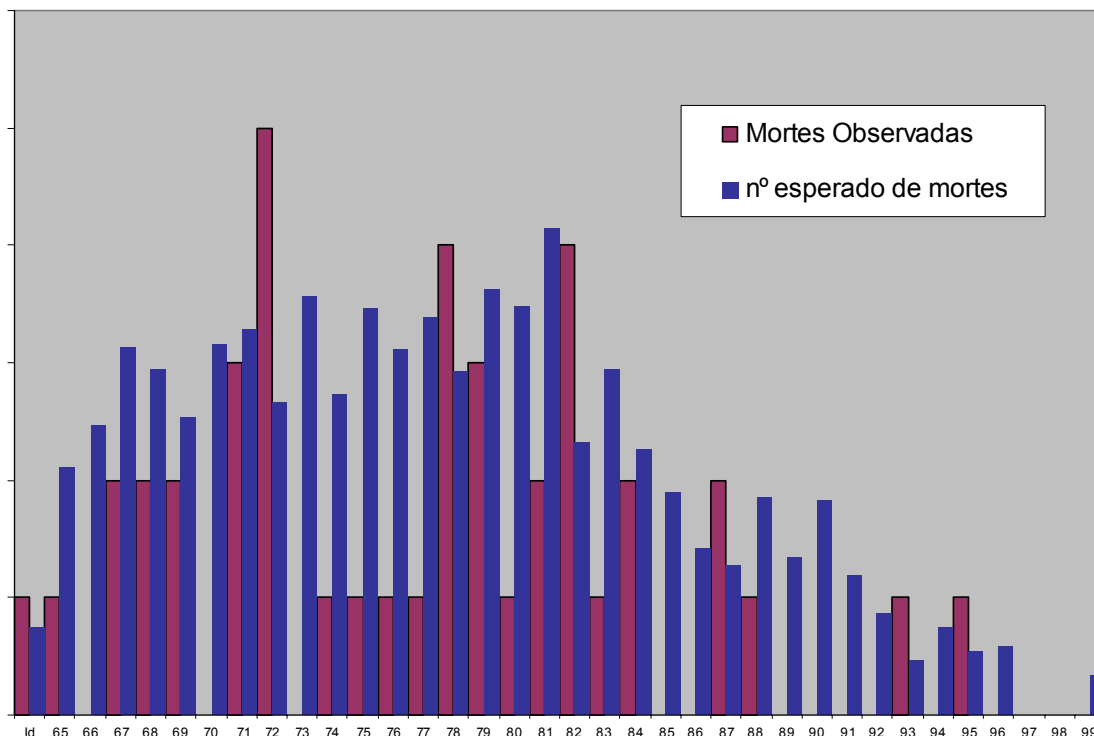
No período em causa, observa-se um crescimento acentuado do número de beneficiários e um pronunciado crescimento dos valores em pagamento, com o conseqüente aumento das responsabilidades com pensões em pagamento. Este crescimento evidencia em minha opinião, a necessidade de conter quer o número de novos beneficiários quer o valor dos pagamentos anuais, o que não poderá ser feito sem recurso à revisão do actual regulamento. O crescimento registado no valor das pensões de vários tipos ao longo dos anos em análise evidencia o processo intrínseco de amadurecimento da CPAS e do presente regulamento em vigor, com a conseqüente chegada à idade regulamentar de reforma de um maior número de beneficiários com carreiras mais longas/quotizações mais altas bem como determinados comportamentos culturais por parte dos beneficiários, que têm evidenciado tendência para passar à situação de reforma na primeira ocasião prevista pelo regulamento.

4. Elementos de validação dos pressupostos

A CPAS encontra-se fundamentalmente exposta aos riscos de longevidade e financeiro, derivando de um e outro o pagamento de pensões por período superior ao estabelecido nas bases técnicas usadas para cálculo de responsabilidades e a possibilidade de não ser gerado retorno financeiro compatível com a taxa de desconto usada, a qual deverá reflectir quer a maturidade dos pagamentos quer o nível de risco que a CPAS estará disposta a assumir, estas definidas em termos de filosofia e estratégia condutora dos seus investimentos e ainda em termos do tipo de aplicações que estatutariamente lhe são permitidas.

Foi pela primeira vez efectuada análise da mortalidade observada ao longo dos últimos anos, tendo sido estudado um conjunto de cerca de 1700 registos, associados aos falecimentos observados desde 1976. A análise à série em causa foi contudo restringida aos últimos anos, 1997 em diante, e particularmente focada na população de beneficiários reformados à data da morte, por razões que se prendem com a representatividade da mesma.

A amostra foi comparada em termos de frequência e distribuição etária de falecimentos com os resultados teóricos previstos pela tabela de mortalidade em utilização nos últimos anos. Da análise gráfica dos resultados obtidos, os dados sugerem uma sobre-estimação da mortalidade por parte da tabela em uso, ou seja, de acordo com a tabela de mortalidade são esperados mais óbitos do que os efectivamente registados, pese embora se julgue que a dimensão da amostra não é suficientemente significativa para que se conclua no sentido da adequação ou não da tabela.



Tanto quanto foi possível repetir a análise em anos anteriores a 2004, os dados obtidos evidenciam a mesma tendência, sobre - estimacão de mortalidade face à observada, o que a confirmar-se sugere a substituição da tabela em uso no sentido de calcular as responsabilidades com pensões em pagamento com modelo de longevidade que preveja menor mortalidade na faixa etária em causa, acima dos 60 anos.

A este respeito salienta-se a recente publicação por parte do INE de tabelas de mortalidade portuguesas baseadas no ultimo senso populacional realizado em 2001, pelo que se admite vir a estudar as mesmas, bem como alguns dados recentemente publicados pelo Eurostat relativamente a longevidade e esperança de vida nos diversos países da UE, que poderão vir a servir de referência para estudos futuros. Atendendo à caracterização social da população de beneficiários da CPAS, e salvo melhor opinião, é de salientar que tenderá a apresentar menor mortalidade que a população em geral.

Não se dispõe de informação relativa a performance financeira e caracterização de perfil de investimento/preferências ou opções da CPAS em matéria de investimentos, pelo que neste relatório não são abordados quaisquer aspectos relativamente a estas matérias.

5. Declaração do Actuário

Os métodos e pressupostos utilizados neste relatório são, em minha opinião, consistentes com métodos actuariais sólidos. Este relatório foi preparado e as opiniões nele expressas foram dadas de acordo com princípios actuariais generalizadamente aceites.

O actuário,

Adelaide Cavaleiro
Actuário titular do Instituto dos Actuários Portugueses

Lisboa, Abril de 2005